



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS A. C. SIMÕES  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

CAMILA DOS SANTOS ALMEIDA  
IZABELLY FEITOSA ONORIO

**OS ENCANTOS DE LER: ANOS/FASES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Maceió

2025

CAMILA DOS SANTOS ALMEIDA  
IZABELLY FEITOSA ONORIO

**OS ENCANTOS DE LER: ANOS/FASES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Federal de Alagoas, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Profº Dr. Walter Matias Lima

Maceió  
2025



**Catálogo na Fonte Universidade Federal de Alagoas  
Biblioteca Setorial Lúcia Lima do Nascimento - CEDU**

Bibliotecário: Cláudio César Temóteo Galvino - CRB4: 1459

A447e Almeida, Camila dos Santos.

Os encantos de ler: anos/fases iniciais do ensino fundamental em educação de jovens e adultos (EJA). / Camila dos Santos Almeida; Izabelly Feitosa Onorio. Maceió, 2025.  
37 f.

Orientador: Walter Matias Lima.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2025.

Bibliografia: p.33-37.

1. Estágio supervisionado. 2. Educação de Jovens e Adultos (EJA). 3. Prática pedagógica. I. Onorio, Izabelly Feitosa. II. Título.

CDU: 371.133

CAMILA DOS SANTOS ALMEIDA  
IZABELLY FEITOSA ONORIO

**OS ENCANTOS DE LER:** anos/fases iniciais do ensino fundamental em educação de jovens e adultos (eja)

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

**Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 14 / 04 / 2025.**

Documento assinado digitalmente  
Orientador/a: Prof.. Dr.  WALTER MATIAS LIMA (CEDU/UFAL)  
Data: 21/05/2025 17:53:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

### Comissão Examinadora

Documento assinado digitalmente  
Prof./a.  WALTER MATIAS LIMA (CEDU/UFAL)  
Data: 21/05/2025 17:52:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
**Presidente**



**Prof./a.a. Marinaide Lima de Queiroz Freitas (CEDU/UFAL)**  
**2º. Membro**

Documento assinado digitalmente  
Prof./a.  ANDERSON DE ALENCAR MENEZES (CEDU/UFAL))  
Data: 21/05/2025 16:24:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**3º. Membro**

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecemos a Deus pela força e sabedoria concedidas ao longo desta jornada, que tornou possível não apenas a conclusão deste trabalho, mas todas as conquistas em nossas trajetórias. A Ele, que nos guia como o maior mestre, dedicamos nossa gratidão pela luz e perseverança em cada etapa.

Às nossas famílias, expressamos nosso profundo reconhecimento pelo apoio incondicional, amor e compreensão. Aos nossos pais, em especial, cuja dedicação incansável e incentivo foram alicerces para a realização deste sonho: sem vocês, nada disso seria possível.

Ao professor, Walter Matias Lima, nosso orientador, agradecemos pela paciência, sabedoria e comprometimento. Sua orientação metódica e encorajamento foram fundamentais para o desenvolvimento e refinamento deste trabalho, inspirando-nos a buscar excelência acadêmica e humana.

Aos amigos que caminharam ao nosso lado, nosso carinho e gratidão. Nos momentos de desafio, vocês foram fonte de motivação e alegria, lembrando-nos que nenhuma conquista é solitária.

Por fim, agradecemos uma à outra. Pois juntas, aprendemos que a colaboração supera obstáculos e que acreditar no potencial mútuo é a chave para construir algo significativo.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para esta conquista, nosso sincero muito obrigada!

É na continuidade da vida que a história se faz, é aí que se forjam vulnerabilidades e riscos, mas se forjam também formas de superação.

- Maria Lúcia Martinelli, 2008

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda as vivências e aprendizados adquiridos durante o Estágio Supervisionado 4, componente curricular do curso de Pedagogia da UFAL, realizado em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Municipal Doutor Dennison Luiz Cerqueira Menezes. Dividido em duas etapas principais, o estágio contemplou inicialmente a observação do ambiente escolar, seguida pela implementação de um projeto de intervenção pedagógica que utilizou narrativas e casos como ferramentas para valorizar a bagagem cultural dos estudantes e incentivar práticas de leitura. A experiência permitiu evidenciar a relevância da integração entre teoria e prática no processo formativo, além de lançar luz sobre os desafios inerentes ao contexto da EJA, como a diversidade etária e de experiências dos alunos, que exige abordagens pedagógicas flexíveis e inclusivas. Este trabalho reafirma a importância da EJA como um espaço promotor de inclusão social e transformação pessoal, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de um profissional da educação mais crítico, sensível às especificidades do público atendido e apto a enfrentar as demandas desse campo educacional.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Prática Pedagógica.

## ABSTRACT

This undergraduate thesis presents the experiences gathered during the Supervised Internship 4, part of the Pedagogy program at UFAL, conducted with a Youth and Adult Education (EJA) class at the Municipal School Doutor Dennison Luiz Cerqueira Menezes. The internship was structured in two phases: an initial observation of the school environment and the implementation of a pedagogical intervention project. The project employed narratives and storytelling as tools to both celebrate the students' cultural backgrounds and encourage reading practices. This hands-on experience highlighted the critical connection between theoretical knowledge and practical application while addressing the unique challenges of EJA, such as the diverse composition of the class and the need for tailored teaching methodologies. The internship underscored the transformative and inclusive role of EJA, contributing to the development of a more reflective and well-prepared educator capable of meeting the demands of this educational context.

**Keywords:** Supervised Internship, Youth and Adult Education (YAE), Pedagogical Practice.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2.</b>	<b>A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: concepções e desafios .....</b>	<b>10</b>
2.1	História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil .....	11
2.2	Legislação e Políticas Públicas para a EJA .....	14
<b>3</b>	<b>O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EJA: contexto e experiências.....</b>	<b>21</b>
3.1	Apresentação da instituição escolar e da turma.....	21
3.2	Planejamento e desenvolvimento das atividades.....	22
<b>4</b>	<b>RELATO DA VIVÊNCIA NO ESTÁGIO .....</b>	<b>24</b>
4.1	Regências .....	24
4.1.1	Primeira Regência.....	24
4.1.2	Segunda Regência .....	27
4.2	ANÁLISE E REFLEXÕES .....	30
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é um processo amplo e contínuo, que transcende os limites das instituições formais de ensino, abrangendo diversos contextos da vida em sociedade. Ela se manifesta nas interações familiares, nas dinâmicas do trabalho, nas relações interpessoais e nos espaços de convivência. Além disso, a educação também se expressa por meio das atividades realizadas em instituições de ensino e pesquisa, que desempenham papel fundamental na construção e disseminação do conhecimento. Movimentos sociais, organizações da sociedade civil e manifestações culturais são igualmente importantes nesse processo, contribuindo para a formação integral dos indivíduos e para o fortalecimento de valores éticos, sociais e culturais. Assim, a educação se configura como um fator essencial para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

O estudo a seguir, foi realizado através de atividades acadêmicas síncronas, onde podem ser realizadas através de forma escrita ou de forma oral, à depender da estratégia e desenho da atividade; E de forma assíncronas, onde não há tempo estipulado, sendo assim o estudante pode participar a qualquer momento. Com visitas realizadas a Escola Municipal Doutor Denisson Luiz Cerqueira Menezes, que foi fundada no ano de 2004 e fica localizada na Rua Artur Ramos, Qd: 09SN, no bairro Tabuleiro dos Martins, Maceió – Alagoas.

## **2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: concepções e desafios**

A educação é um dos pilares garantidos a todos os cidadãos brasileiros, prevista na Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988) devendo ser oferecida gratuitamente e com qualidade. Mas apesar disso, na prática, ainda não há um absoluto acesso e muito menos uma continuidade de estudantes nas salas de aula de nosso país – isso, devido a diversos contextos: problemas de adaptação, necessidade de trabalhar para manter o sustento da família, ou mesmo por problemas sociais.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é reconhecida como uma modalidade da educação básica que se configura como um direito e uma responsabilidade pública (Arroyo, 2005). Sua institucionalização está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/96), especificamente no artigo 37, que assegura a oferta de escolarização para aqueles que não tiveram a oportunidade de ingressar ou dar continuidade aos estudos no ensino fundamental e médio durante a infância e adolescência.

Atualmente, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem experimentado mudanças significativas no perfil de seu público-alvo, refletindo as complexidades das desigualdades educacionais no Brasil. Tradicionalmente voltada para adultos e idosos com pouca ou nenhuma escolaridade, essa modalidade passou a receber um número crescente de jovens cujas trajetórias escolares foram interrompidas, apesar do acesso à escola na infância. Esses jovens, frequentemente denominados jovens-adolescentes, enfrentam desafios como a não consolidação da alfabetização e de outros aprendizados fundamentais. Essa situação evidencia as desigualdades estruturais que permeiam o sistema educacional, influenciadas por fatores regionais, sociais, raciais, étnicos, geracionais, de gênero e culturais, conforme apontam estudiosos como Arroyo (2005) e Galvão e Di Pierro (2011). Tal cenário exige políticas públicas inclusivas e estratégias pedagógicas que reconheçam as especificidades desses estudantes, promovendo uma educação que resgate direitos historicamente negados e contribua para a superação das disparidades existentes.

## 2.1 História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem uma trajetória marcada por avanços e desafios, refletindo tanto conquistas quanto a persistente negação de direitos. Essa modalidade de ensino ainda enfrenta dificuldades significativas devido à falta de investimentos públicos e à escassez de políticas educacionais voltadas para essa população (Paiva, 1987). Os registros mais antigos de práticas educativas direcionadas a esse público remontam ao período colonial, quando os Jesuítas, por meio do processo de catequização, alfabetizavam adultos indígenas em língua portuguesa (Strelhow, 2010).

Os primeiros registros relacionados à Educação de Jovens e Adultos no Brasil remetem ao período colonial, quando os Jesuítas promoviam a catequização. Durante o Brasil Império, em 1876, surgem as primeiras iniciativas de ensino noturno para adultos, denominado instrução popular. Com a promulgação da Lei Saraiva, em 1882, o voto de analfabetos foi proibido, estabelecendo uma relação entre escolarização e ascensão social, enquanto o analfabetismo passou a ser associado à incompetência e à incapacidade (Gohn, 2001).

No final do século XIX, o Censo de 1890 apontava que 85,21% da população era analfabeta. Já no início do século XX, o nacionalismo e o patriotismo impulsionaram debates sobre a necessidade de ampliação da escolarização. Em 1920, o índice de analfabetismo ainda era de 75%, incentivando intelectuais, médicos e industriais a criarem ligas voltadas para erradicação do problema, associando a alfabetização à ampliação do eleitorado (Paiva, 1983).

A década de 1920 foi marcada por mobilizações em defesa da educação como um dever do Estado, intensificando debates políticos e culturais. Nesse contexto, destacam-se eventos como a Semana de Arte Moderna e a realização da I Conferência sobre o Ensino Primário, além da fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922.

Duas correntes ideológicas se destacaram entre a elite brasileira: o Entusiasmo pela Educação e o Otimismo Pedagógico. O primeiro acreditava na educação como solução para os problemas nacionais, sendo mais evidente entre 1887 e 1897, e ressurgindo entre 1910 e 1920. Já o segundo, iniciado na década de 1920 e fortalecido nos anos 1930, impulsionou reformas educacionais voltadas para a melhoria da qualidade do ensino (Di Pierro, 2001).

Nos anos 1930, a Educação de Adultos ganhou espaço na política educacional

brasileira, com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública. O ensino técnico-profissional se expandiu, buscando formar mão de obra qualificada para a indústria e o comércio. Em 1932, a Cruzada Nacional de Educação foi instituída com o objetivo de combater o analfabetismo (Di Pierro, 2001).

Durante o Estado Novo (1937-1945), a educação passou a ser vista como questão de segurança nacional, sendo fortemente influenciada por um ideário nacionalista, autoritário e populista. Somente a partir desse período, a Educação de Adultos se consolidou como política pública, sendo criado o SENAI, em 1942, para integrar a educação profissional à alfabetização de adultos.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a UNESCO passou a incentivar esforços globais para erradicar o analfabetismo. No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se fortaleceu por meio de campanhas de alfabetização. Em 1946, foi instituída a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), seguida pela criação do Serviço de Educação de Adultos (SEA) em 1947. Na década de 1950, foram intensificadas ações contra o analfabetismo, incluindo a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e a Campanha Nacional de Combate ao Analfabetismo (CNEA) (Di Pierro, 2001).

A partir dos anos 1960, as propostas de alfabetização de Paulo Freire começaram a influenciar os programas educacionais do país. Em 1961, foi criado o Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No entanto, com o Golpe Militar de 1964, o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação dessas metodologias, foi interrompido, e seus defensores foram reprimidos (Zanetti, 1999).

Em 1967, o governo assumiu o controle da alfabetização de adultos, tornando-a um instrumento assistencialista e conservador. Nesse período, foi fundado o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que se tornou referência da EJA no regime militar. Em 1969, ocorreu a Campanha Massiva de Alfabetização, e o MOBREAL expandiu sua atuação, implementando o Programa de Educação Integrada (PEI), voltado à formação básica acelerada (Zanetti, 1999).

Nos anos 1980, com a redemocratização do país, houve um crescimento dos movimentos sociais, influenciando a ampliação dos programas de alfabetização. Em 1985, o MOBREAL foi extinto e substituído pela Fundação EDUCAR, que passou a apoiar iniciativas do governo, de entidades civis e do setor empresarial.

Na década de 1990, com a extinção da Fundação EDUCAR, a Educação de

Jovens e Adultos passou a depender de iniciativas estaduais e municipais. Nesse período, discutiam-se reformulações pedagógicas para a modalidade. Em 1990, a ONU declarou o Ano Internacional da Alfabetização, promovendo debates globais sobre o tema (Zanetti, 1999). Em 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), a EJA foi reduzida a cursos e exames supletivos. A Emenda Constitucional 14, promulgada durante o governo FHC, retirou a obrigatoriedade do Estado em oferecer o Ensino Fundamental para jovens e adultos, além de extinguir o prazo constitucional de erradicação do analfabetismo. A mesma emenda criou o FUNDEF, porém sem destinar recursos à EJA.

Os elevados índices de analfabetismo no país levaram tanto os movimentos sociais quanto o Estado a buscar alternativas para ampliar o acesso à educação. Inicialmente, esse acesso era pautado por uma abordagem assistencialista, mas, ao longo do tempo, foram sendo implementadas políticas públicas que passaram a considerar as particularidades desse público. A EJA, então, passou a incorporar não apenas a alfabetização, mas também uma formação voltada para a qualificação profissional, atendendo jovens e adultos que já estavam inseridos no mercado de trabalho e necessitavam de melhores oportunidades (Paiva, 1987). Seu público é diverso, abrangendo trabalhadores que conciliam os estudos com suas jornadas diárias, jovens que enfrentaram a evasão escolar, adolescentes que se tornaram mães precocemente e idosos que não tiveram acesso à educação em sua juventude. Para muitos, a EJA representa uma possibilidade concreta de transformação social e melhoria de vida por meio da educação.

Um dos precursores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, é Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro, que lutou pelo fim da educação elitista, onde a mesma não oferecia aos alunos perspectivas de transformar a sua realidade. Desde modo, Freire buscava uma educação democrática. Então, no ano de 1967, ainda na época do regime militar, ocorreu um movimento de alfabetização para os jovens e adultos, com o intuito de erradicar o analfabetismo. Tendo como consequência o MOBRAL, que foi um projeto criado em 1970, totalmente voltado para a alfabetização funcional dos jovens e adultos, com o intuito que eles adquirissem técnicas de leitura, escrita e cálculo, facilitando assim a sua integração na comunidade. Mas, em 1985, o mesmo foi substituído pelo Projeto Educar. Contudo, sempre ficou nítida a dificuldade do país para assegurar a educação de todos.

## 2.2 Legislação e Políticas Públicas para a EJA

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco na história do Brasil, refletindo o desejo da sociedade por transformações significativas e pela consolidação de um Estado que garantisse direitos fundamentais. Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) obteve avanços expressivos, assegurando a oferta gratuita e obrigatória da educação básica também para aqueles que não tiveram acesso ao ensino na idade apropriada. O artigo 208 da Carta Magna estabeleceu: "educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria" (Brasil, 1988).

Com a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, a EJA passou a contar com um capítulo específico, fortalecendo sua estrutura no sistema educacional brasileiro (Brasil, 1996b). Naquele período, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país registrava um índice alarmante de analfabetismo: cerca de 15.560.260 brasileiros eram analfabetos, correspondendo a 14,7% da população. Além disso, havia altos índices de evasão escolar, defasagem idade-série e repetência (Brasil, 1996).

O acesso à educação escolar pública, enquanto direito fundamental do cidadão e dever do Estado, deve ser garantido de forma ampla e gratuita no ensino fundamental e médio para todos que não conseguiram concluí-los na idade adequada. No que tange à EJA, o artigo 37 da LDBEN dispõe que esta modalidade é voltada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos em tempo regular. Com a atualização promovida pela Lei 13.632/2018, a EJA passou a ser concebida como um instrumento de educação ao longo da vida (Brasil, 2018).

A LDBEN reafirma que a EJA deve ser ofertada gratuitamente e de forma adequada às especificidades dos alunos, considerando aspectos como interesses individuais, condições de vida e trabalho, além da necessidade de articulação com a Educação Profissional. Ademais, cursos e exames supletivos devem contemplar os conteúdos essenciais do currículo nacional, permitindo a continuidade dos estudos. No ensino fundamental, a EJA destina-se a pessoas com 15 anos ou mais, enquanto no ensino médio é voltada para maiores de 18 anos (Brasil, 1996).

A partir desses avanços legais, a EJA passou a ocupar um espaço institucionalizado no sistema educacional brasileiro, rompendo com perspectivas anteriores que a limitavam a um caráter paliativo ou supletivo. Assim, foi reafirmada

como um direito social e subjetivo, impondo ao Estado a responsabilidade de garantir sua oferta.

Em 2000, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Câmara de Educação Básica, emitiu o Parecer CEB nº 11/2000, estabelecendo diretrizes curriculares nacionais para a EJA. O documento abordou questões relacionadas às desigualdades socioeducacionais persistentes no Brasil, que ainda mantinham um grande contingente de jovens e adultos excluídos da escolarização obrigatória. Nesse contexto, a EJA foi estruturada em três funções essenciais: reparadora, ao assegurar direitos educacionais negados; equalizadora, promovendo igualdade de oportunidades; e qualificadora, garantindo a atualização constante do conhecimento e o desenvolvimento humano ao longo da vida (Brasil, 2000).

Ainda no ano 2000, foi publicada a Resolução CNE/CEB nº 1, que reafirmou a necessidade de um modelo pedagógico próprio para a EJA. O documento destacou a importância de considerar o perfil dos estudantes, suas faixas etárias e os princípios de equidade e respeito às diferenças, assegurando que o processo educativo promovesse a igualdade de direitos (Brasil, 2000).

Em 2001, o Plano Nacional de Educação foi aprovado por meio da Lei nº 10.172, identificando o histórico déficit de atendimento no ensino fundamental como um dos principais fatores responsáveis pelo elevado número de jovens e adultos sem escolarização. Foram estabelecidas 26 metas para a EJA, incluindo erradicação do analfabetismo, ampliação da oferta educacional, implementação de exames para certificação, produção de materiais pedagógicos e financiamento adequado para a modalidade (Brasil, 2001).

Com o intuito de viabilizar certificação para jovens e adultos, foi criado, em 2002, o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), instituído pela Portaria nº 2.270 (Brasil, 2002). Embora represente um mecanismo de certificação, algumas análises críticas apontam que ele enfatiza mais a obtenção de diplomas do que o aprimoramento real da formação educacional.

A inclusão da EJA no financiamento público ocorreu com a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em 2007, por meio da Lei nº 11.494/2007, substituindo o antigo FUNDEF, que abrangia apenas o ensino fundamental regular (Brasil, 2007). Apesar do avanço, a distribuição dos recursos para a EJA ainda enfrenta desafios, já que o fator de ponderação inicialmente estabelecido era inferior

ao das demais etapas da Educação Básica.

A inserção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no financiamento da educação contribuiu para ampliar sua oferta, mas de maneira desigual se comparada à Educação Básica de forma geral. Há críticas sobre os fatores de ponderação, visto que o percentual inicial era de 0,7% do valor por aluno do FUNDEB, com um limite de até 15% dos recursos para essa modalidade. Atualmente, esse fator de ponderação é de 0,8 para a EJA com avaliação no processo e 1,20 para a EJA integrada à Educação Profissional de nível médio, também com avaliação no processo. Esse modelo torna mais atrativo financeiramente para as instituições educacionais investir em programas que expandem outras etapas e modalidades da Educação Básica, considerando o retorno dos recursos previstos legalmente.

A EJA também passou a contar com recursos de Programas Suplementares do Ministério da Educação, como a merenda escolar e o fornecimento de livros didáticos. Em 2009, a Lei nº 11.947, que regulamenta o atendimento de merenda escolar para a Educação Básica, incluiu os alunos da EJA no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Brasil, 2009). No mesmo ano, foi aprovada a Resolução CD/FNDE nº 51, que criou o Programa Nacional do Livro Didático para a EJA, modificado pela Resolução nº 22, em 2013, que abrange tanto a Educação Básica quanto a EJA (Brasil, 2013).

Em 2001, o Ministério da Educação introduziu a Proposta Curricular para o Primeiro Segmento da EJA (Brasil, 2001) e, no ano seguinte, o documento para o Segundo Segmento da EJA. Esses documentos destacam a importância de considerar as especificidades da modalidade, visando atender às funções de reparação, equalização e qualificação, com objetivos educacionais semelhantes aos do Ensino Fundamental e Médio (Brasil, 2002). Também ressaltam que o curso de EJA deve ser flexível e focado nas necessidades e interesses dos alunos, organizando propostas de aprendizado que atendam a uma variedade de temas.

Em 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu três pareceres relacionados à EJA: um sobre as Diretrizes Nacionais para a educação de jovens e adultos privados de liberdade (Parecer CNE/CEB nº 4/2010), outro revisando o Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que tratava das Diretrizes Operacionais para a EJA (Parecer CNE/CEB nº 6/2010), e o Parecer CNE/CEB nº 7/2010, que estabeleceu diretrizes gerais para a Educação Básica, abordando a necessidade de flexibilização do tempo, espaço e currículo, para criar trajetórias de aprendizagem mais

individualizadas e adaptadas às necessidades dos alunos (Brasil, 2010, 2008 e 2010).

Em 2010, também foram aprovadas duas resoluções normativas: a Resolução nº 2, de 19 de maio, sobre a educação para jovens e adultos privados de liberdade (Brasil, 2010), e a Resolução nº 3/2010, que tratou dos aspectos operacionais da EJA, incluindo a idade mínima para ingresso e a possibilidade de Educação a Distância (Brasil, 2010).

Em 2014, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) definiu metas para a EJA, como a elevação da taxa de alfabetização e a erradicação do analfabetismo absoluto até o final de 2024. Uma das estratégias mencionadas foi a oferta gratuita da modalidade, com foco na busca ativa da demanda e programas complementares de saúde e assistência social. Também foi abordada a integração da EJA à educação profissional, com a meta de que, no mínimo, 25% das matrículas de EJA nos Ensinos Fundamental e Médio fossem realizadas de forma integrada com a Educação Profissional (Haddad; Di Piero, 2015).

Entretanto, os dados educacionais ainda revelam desafios. O IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apontou que o analfabetismo atinge 6,8% da população acima de 15 anos, totalizando 11,3 milhões de analfabetos (Brasil, 2018). Além disso, o analfabetismo funcional afeta 29% da população entre 15 e 64 anos (Cruz; Monteiro, 2019). A distorção idade-série, com alunos em anos escolares abaixo do recomendado, é um problema crescente, refletido nas matrículas da EJA, que atraem um perfil mais jovem, com 32% dos alunos abaixo de 20 anos (Brasil, 2018a).

Dados de 2018 também indicam que 53,4 milhões de pessoas acima de 25 anos não completaram o Ensino Fundamental, e 70,3 milhões não concluíram a Educação Básica. Desse total, apenas 3,5 milhões estavam matriculados na EJA, o que representa uma queda em relação a 2008, a oferta de Educação Profissional integrada à EJA atingiu apenas 0,3% das matrículas no Ensino Fundamental e 2,9% no Ensino Médio, ainda distante dos 25% planejados (Cruz; Monteiro, 2019)..

Em síntese, embora a institucionalização da EJA tenha ampliado o acesso à educação para aqueles que não completaram seus estudos ou interromperam o percurso escolar, há um longo caminho a ser percorrido para atender às diferentes necessidades de aprendizagem e consolidar a oferta de educação de qualidade para todos.

### 2.3 Características e desafios da EJA

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), os alunos enfrentam uma série de desafios para acessar uma educação de qualidade. Entre esses obstáculos, destacam-se a diversidade cultural, a diferença de idades entre os estudantes e as dificuldades para estabelecer boas relações interpessoais. Além disso, existem questões como o analfabetismo digital, o cansaço físico, a falta de tempo para os estudos, a falta de formação profissional adequada para os educadores da EJA e a utilização de metodologias que, muitas vezes, não atendem às especificidades desse público, dificultando o processo de aprendizagem.

Freire (2000) enfatiza que a aprendizagem é essencial, pois oferece ao indivíduo a oportunidade de se expressar e se integrar em um projeto mais amplo, com diversas possibilidades. Nesse sentido, para garantir a continuidade de um processo de aprendizagem eficaz, a escola deve trabalhar de forma alinhada à realidade dos alunos, utilizando conteúdos significativos que abordem questões sociais como desemprego, saúde, economia, trabalho e política.

Outro aspecto importante é a abordagem das disciplinas na EJA, que frequentemente se limita a aspectos como a leitura, a escrita e as operações matemáticas. Superar essa realidade envolve a utilização de temas e palavras do cotidiano dos alunos, o que favorece o desenvolvimento da alfabetização e a formação de uma consciência crítica (Freire, 1971). Contudo, muitos desses alunos vêm com um histórico de falta de escolarização e buscam na escola a oportunidade de superar as lacunas deixadas pela ausência de uma educação formal.

A realidade escolar na EJA é composta por indivíduos provenientes de contextos diversos, muitos dos quais precisam trabalhar para garantir sua sobrevivência e assumem responsabilidades familiares, o que dificulta sua dedicação integral aos estudos. A escola, portanto, deve abandonar métodos tradicionais e criar condições que favoreçam o desenvolvimento desses alunos, tanto em termos de habilidades acadêmicas quanto no fortalecimento da compreensão sobre seus direitos e deveres, preparando-os para exercer a cidadania de forma mais consciente.

Além das dificuldades enfrentadas pelos alunos, os profissionais da educação na EJA também enfrentam desafios que impactam a qualidade do ensino. A falta de preparação adequada dos educadores, a desmotivação, a ausência de incentivos para engajar os alunos, a disparidade entre as metodologias pedagógicas e as

necessidades dos estudantes, bem como o desempenho dos alunos, são fatores que dificultam a adequação do ensino à realidade da EJA (Santos; Basso, 2015). Esses desafios afetam tanto os alunos quanto os educadores no cotidiano escolar.

Freire (2000) reforça que a aprendizagem oferece oportunidades significativas para o desenvolvimento do indivíduo e deve ser parte integrante de um projeto educacional mais amplo. Nesse contexto, a escola deve alinhar seus objetivos com as realidades dos alunos, abordando conteúdos que sejam relevantes e que se conectem com as questões sociais que afetam o público da EJA.

Um outro desafio relevante na EJA é o foco restrito das disciplinas, que geralmente se concentram em habilidades básicas como leitura e matemática. Para superar essa limitação, é essencial fornecer materiais adequados e incentivar os alunos a produzir seus próprios trabalhos, estimulando a autonomia e a produtividade, o que pode potencializar o processo de ensino-aprendizagem, fazendo com que a base já adquirida pelo educando seja de extrema importância para a construção do conhecimento, como bem afirma Gomes e Garcia (2014, p. 299):

A aprendizagem significativa pressupõe considerar o que o sujeito já sabe, isto é, as ideias ou conceitos prévios. A partir destas, algumas de senso comum outras mais próximas da cultura científica, o docente pode trabalhar questionando e problematizando esta cultura primeira, tornando a aprendizagem de seus alunos mais significativa. Na teoria de Ausubel a nova informação se ancora nos conhecimentos que o sujeito já possui, de forma a se tornar parte integrante de sua estrutura cognitiva. Este conhecimento que o aprendiz já possui é denominado subsunçor. Nesse sentido, para Ausubel o conhecimento prévio (que já existe em sua estrutura cognitiva) é a variável fundamental para a ocorrência da aprendizagem significativa.

A função do professor na EJA é desafiadora, pois envolve não apenas o ensino de habilidades básicas, mas também a preparação dos alunos para a inclusão social e seu desenvolvimento integral. Pires (2015) destaca que a experiência e o trabalho coletivo são fundamentais para a inovação e aprimoramento das práticas pedagógicas. No entanto, também é necessário investir em programas de formação continuada para os educadores, pois o ensino vai além da mera transmissão de conteúdo, sendo necessário criar situações que estimulem o pensamento crítico e a reflexão.

Arroyo (2005) ressalta que a concepção do professor da EJA ainda está em

construção, e que a busca constante pelo saber é crucial para a melhoria da educação nessa modalidade. A reflexão contínua sobre os princípios pedagógicos que regem a EJA é essencial para o aprimoramento da qualidade do ensino.

Finalmente, é importante observar que os alunos da EJA, especialmente aqueles que retornam aos estudos após longos períodos de interrupção, enfrentam dificuldades significativas. Embora o retorno à escola represente uma oportunidade de inclusão social, muitos alunos carecem de tempo para estudar e enfrentam a falta de incentivos para continuar sua formação. Nesse contexto, a escola tem a responsabilidade de criar condições favoráveis para o desenvolvimento desses alunos, contribuindo para que se tornem cidadãos críticos e participativos na sociedade. A inclusão na EJA não apenas proporciona o aprendizado da leitura e da escrita, mas também contribui para a autonomia dos alunos e para seu crescimento social e pessoal.

### 3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EJA: contexto e experiências

Segundo Vygotsky (1991) o estágio supervisionado, vai além de uma observação passiva, ele se torna um amplo campo de estudos que potencializa o conhecimento do sujeito. Pois é onde os estagiários unem a teoria e a prática, e tem a possibilidade de atuar no seu campo de estudo. Já para Passerini (2007), o estágio supervisionado proporciona ao estagiário que ele faça análises a respeito da realidade escolar, estimulando assim a aplicação de novos meios de ensino.

Na Constituição Federal de 1998, a legislação prevê o direito a educação para toda população, incluindo pessoas que não obtiveram acesso a escola na idade apropriada. Sendo assim, dever do governo federal, bem como dos estados e municípios, ofertar de forma totalmente gratuita uma boa educação para os jovens e adultos. Porém, apenas em 1996, a Educação de Jovens e Adultos, popularmente conhecida como EJA, foi instituída no Brasil, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº9394/96 (Brasil, 1996b) e desde então é de suma importância para a conclusão dos estudos e melhores oportunidades no mercado de trabalho.

A Lei nº11.788 regulamenta que o “Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.”

#### 3.1 Apresentação da instituição escolar e da turma

A Escola Municipal Doutor Dennisson Luiz Cerqueira Menezes dispõe de uma infraestrutura planejada para promover o conforto e o desenvolvimento educacional de seus alunos. Os espaços são bem-organizados e incluem recursos essenciais como acesso à internet, refeitório, biblioteca, pátio coberto e descoberto, além de salas específicas para professores e alimentação. Essa estrutura visa atender às necessidades pedagógicas e proporcionar um ambiente acolhedor e funcional para toda a comunidade escolar.

FIGURA 1: FOTO DA ESCOLA MUNICIPAL DR.DENISSON LUIZ CERQUEIRA MENEZES



Fonte: Izabelly Feitosa Onorio

Como dado básico tem-se as seguintes informações: código da escola – 27226409; Endereço: Conjunto Denisson Menezes, SN, Quadra 09; Bairro: Tabuleiro; CEP: 57010-000; Município: Maceió; UF: Alagoas; Dependência administrativa: Municipal e Localização: Urbana.

A Escola tem Adriana Lamenha Silva como diretora, Luciana Silva dos Santos como coordenadora e Alexandra de Lyra Carvalho como psicóloga. Sendo composta por 3 salas de aulas físicas e 3 professores. Formando assim, 4 turmas. Com início de suas aulas no dia 01/03/2023 ao total constaram 127 alunos no primeiro e no segundo segmento, onde 70% são mulheres. A faixa etária dos alunos vai de 25 a 59 anos, onde todos fazem parte do mercado informal, sendo donas de casa, entregadores, pedreiros etc.

### 3.2 Planejamento e desenvolvimento das atividades

Inicialmente foram realizados estudos teórico-metodológicos, que fornecem embasamentos para atividades práticas subsequentes. Em seguida, ocorreram orientações para a inserção nas escolas, com foco na coleta de informações institucionais e aplicação de um questionário aos professores, cujas respostas subsidiaram a definição das temáticas das regências em sala de aula. A partir disso,

os estagiários realizaram observações e análises críticas sobre as condições escolares e as necessidades dos alunos, o que permitiu um planejamento criterioso das propostas de intervenção.

O processo de implementação das atividades na escola seguiu rigorosamente o planejamento elaborado, com o objetivo de proporcionar uma experiência formativa que integrasse os saberes teóricos às demandas práticas do ambiente educacional. Para complementar essa abordagem, foram realizados estudos bibliográficos estruturados em momentos síncronos e assíncronos, o que permitiu maior flexibilidade para os participantes e favoreceu o aprofundamento dos conteúdos teóricos. Esse modelo de trabalho buscou não apenas atender às necessidades específicas do contexto escolar, mas também promover uma formação mais ampla e consistente, alinhada aos desafios contemporâneos da educação.

## 4 RELATO DA VIVÊNCIA NO ESTÁGIO

O estágio desempenha um papel fundamental na formação acadêmica do aluno, sendo um momento em que ele começa a construir sua identidade profissional e a vivenciar, na prática, os desafios e responsabilidades da docência. De acordo com Andrade (2005), essa experiência permite ao futuro professor compreender a importância do compromisso com os alunos, suas famílias, a comunidade e a instituição escolar. Além disso, o estágio possibilita a participação ativa na construção coletiva do conhecimento em sala de aula, promovendo a democracia e desenvolvendo a competência necessária para exercer a profissão com qualidade.

### 4.1 Regências

Tema: causos público-alvo. Utilizando o caso, que é um gênero discursivo, podemos explorar ainda mais a questão da entonação, ritmo, os sotaques e expressões interioranas, estimulando assim a criatividade. Capturando assim a atenção dos alunos para a história contada. Desde modo, aplicamos o caso na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com nível de escolaridade do 1° ao 5° ano do Ensino Fundamental.

Aula 1: Introdução ao tema Apresentação do tema "Causos" e definição do que são. Leitura compartilhada de um caso tradicional da cultura popular brasileira. Discussão em grupo sobre as características dos causos e a importância deles na cultura popular.

Aula 2: Meu caso. Atividades: produzir a história de cada aluno durante a aula, onde ele contou em voz alta sua história de vida, incluindo a parte que o levou a participar da EJA.

Aula 3: Encerramento das Atividades: Apresentaremos os causos contados por eles e mostraremos as fotos das atividades realizadas durante as regências e lanche coletivo com a turma.

#### 4.1.1 Primeira Regência

Foi realizada a contação do "Um caso bem estranho" para os alunos, onde logo após eles identificaram palavras que conheciam, escreveram as mesmas, e em seguida compartilharam com a turma.

FIGURA 2: IMAGEM DO CAUSO UTILIZADO NA PROPOSTA



FONTE: Internet.

Podemos também, conversar um pouco com os mesmos, para que eles compartilhassem um pouco de suas vidas e falassem momentos que para eles eram importantes e marcantes. Depois desta conversa foi realizada a atividade e os alunos foram até o quadro escrever suas palavras ou frases, lendo-as para os colegas. Ao final da aula fizemos uma última atividade onde eles tinham que identificar as vogais e as consoantes das palavras, pois muitos deles têm grande dificuldade na leitura e na escrita.

FIGURA 3: ALUNOS REALIZANDO A PROPOSTA



Fonte: Camila dos Santos Almeida

### Segunda Regência

Em um diálogo com os alunos, escutamos mais sobre as suas histórias, explorando o porquê que eles se matricularam na EJA e buscando saber os seus objetivos com os conhecimentos adquiridos na escola. E nesse momento foram compartilhadas tanto as alegrias, quanto as tristezas.

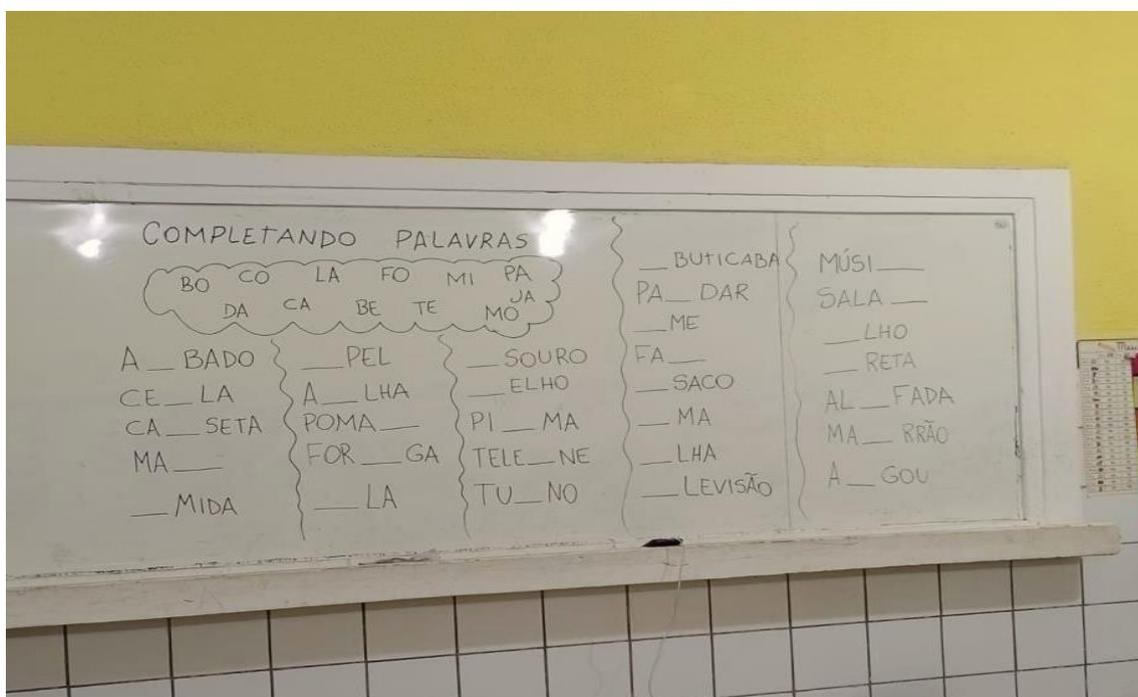
FIGURA 4: FOTO DA SALA DE AULA DURANTE UMA REGÊNCIA



Fonte: Izabelly Feitosa Onorio

No decorrer da aula, utilizamos o tempo disponível para realizarmos uma atividade voltada ao desenvolvimento da escrita e da caligrafia dos alunos, onde mesmo sem terem domínio de ambos, eles ficaram bastante entusiasmados em trabalhar com o caderno, tornando assim as atividades bastante produtivas. A proposta consistia em completar palavras com base no conhecimento prévio de cada um. Para isso, utilizamos uma caixinha que tinham sílabas soltas e algumas palavras incompletas. Logo, os alunos deviam identificar as lacunas e preenche-las com as sílabas corretas, promovendo assim um exercício prático e dinâmico de alfabetização.

FIGURA 5: QUADRO COM A PROPOSTA DE COMPLETAR AS PALAVRAS



Fonte: Camila dos Santos Almeida

#### 4.1.2 Segunda Regência

O último dia de Regência foi um dia de confraternização, onde foi realizado um lanche coletivo e nós apresentamos a eles os seus contos, deixando com que eles mesmos se identificassem em suas histórias. Ao final da regência entregamos a cada um suas histórias e eles adoraram a dinâmica. Abaixo podemos observar um dos contos de um dos alunos da turma.

**Conto 1: Um negócio quero montar - Zélia, 49 anos.**

“Sou do povoado Riacho Jacobina em Traipu Minha história vou contar

Sou solteira, tenho quatro filhos

Já estudei e tive que parar por alguns motivos Que não vou te contar

Que me fizeram uma pausa dar Mais agora vamos lá

Minha história aqui vou falar

Durante o dia cuido dos afazeres de casa Cuido de comida, roupas e filhos

Mais não se engane querido que eu tenho um sonho comigo O que me motiva a vim estudar é o meu sonho querido

Que aqui vou falar quero meu bar montar

E assim não precisar dos outros para trabalho me arrumar.”

**Conto 2: Um dinheiro eu vou ganhar – Cremilda 45 anos.**

“Sou de Palmares Pernambuco e minha história vou te contar Gostava tanto de namorar que na escola não quis ficar Pulava a janela para com os meninos ficar

E o tempo foi passando e na quinta série fui ficando O tempo foi passando cinco filhos eu tive

Mas deles só três vivem, até que um dia uma vizinha Me falou de um tal dinheiro

Que eu não sei de onde vinha

Só sei que ganharia se voltasse a estudar Me matriculei na escola, gostei da professora O tempo tá passando e eu aqui ficando.”

**Conto 3: A irmã que me chamou – Maria Helena, 60 anos.**

“Fazenda Quintana em Porto Calvo foi lá que estudei até a terceira série Mais nunca deixei de ler

Gostava muito de gibi, cordel e minha bíblia Onde tive que parar para com a cana trabalhar

Tinha apenas treze anos quando os trabalhos comecei Conheci um amigo que eu disse comigo

Esse vai ser meu namorado e até hoje estamos casados Fugimos com 18 anos tivemos filhos lindos

E hoje ele estuda comigo e a vida reiniciamos

Uma irmã da igreja me chamou para irmos juntas para escola

E eu pensei na mesma hora, agora é a hora de mais coisas eu aprender E levei junto comigo, o meu amigo marido para juntos crescer.”

Era de lá pra cá e de cá pra lá – Roberto 39 anos. “Sou de Guarulhos em São Paulo

E minha vida sempre foi de viajar Era Bahia pra lá e São Paulo pra cá

Eram tantas viagens que na escola não pude ficar Quando aqui pude estudar a escola era muito perigosa

E logo sai de lá, só então na Bahia que pude aos treze anos estudar Fiquei um tempo por lá, mas logo tive que viajar

Dessa vez em Maceió, onde estou a mais de cinco anos Sou solteiro, cuido da minha mãe,

Até que um dia me irmã me chamou para estudar Demorei a acreditar e logo disse vamos lá

Agora aqui estamos e bora ver no que vai dar. Quem sou eu?”

#### **Conto 4: Quero minha independência conquistar – Alaide 54 anos.**

“Sou nascida e criada no Sítio Capiana em São José da Laje Onde trago comigo uma profunda tristeza

Porque por lá não pude estudar

Naquele tempo as coisas eram difíceis, a escola era muito longe E até lá não conseguia chegar

Hoje sou solteira, tenho três filhos comigo com dois consegui me realizar Pois a escola eles conseguiram terminar

Eu nos desvios dos caminhos na primeira série tive que parar Pois tinha a minha mãe que ajudar

Para comida não ter que faltar

Mas venha aqui comigo que outra coisa vou contar

E não é meus amigos que em Pernambuco eu fui parar Pois bem, minha mãe foi trabalhar e eu também

E então aquela patroa, me colocou na escola mas a estrada é longa E mais desvios peguei mais, aí para escola voltei

E até aqui lutei bastante para não ter que depender de ninguém

E assim poder pegar meu ônibus, passear nas ruas e saber onde estou Pois bem, trago sempre comigo que minha independência vou conquistar E assim não mais precisar tu me falar o ônibus que devo pegar

Então vou poder gritar eu já sei pegar!”

**Conto 5: Quero muito aprender – Nice, 38 anos.**

“Nascida em São José da Laje Uma escola nunca pude frequentar

Pois aos meus pais na roça tinha que ajudar

As coisas eram difíceis e tinha sempre comigo a vontade de aprender Hoje sou solteira, tenho dois filhos a estudar

Mais aquela minha vontade nunca deixei acabar E na escola vim parar, e aquele sonho realizar De um dia aprender ler e escrever

Sem mais parar e a vida viver.”

**Conto 6: Coisas que não quero contar - Betânia não informado**

“Pois bem vamos lá!

Sou de Riacho Doce e minha vida não quero contar

Já morei em vários lugares e agora tenho que falar vejam só! A outras pessoas não vão contar

Pois um segredo vou revelar na infância só queria namorar E então fugi de lá, e a escola tive que deixar

Pois tive dois filhos e não tinham com quem deixar Virei dona de casa e a escola nunca mais fui lá Mas venham cá que vou continuar falar

Na quarta série parei, mas agora voltei para ler e escrever E todos vocês vão ver, eu agora estou aprendendo.”

## 4.2 ANÁLISE E REFLEXÕES

Consideramos que a experiência vivenciada durante o estágio supervisionado em EJA representou um marco transformador em nossa trajetória profissional e pessoal. Inicialmente, o estágio se apresentou como um desafio, sobretudo por se tratar de uma área que, a princípio, não figurava como prioridade em nosso campo de interesse. Contudo, ao ingressarmos na sala de aula, pudemos observar de perto as dinâmicas e as singularidades desse universo, o que ampliou nossa percepção acerca do poder transformador da educação.

O convívio com jovens e adultos que buscam, através do retorno à escola, reconstruir suas trajetórias de vida despertou em nós uma nova sensibilidade e um profundo respeito pelas histórias e vivências que cada um carrega. Essa imersão na

realidade da EJA não só reafirmou a importância da prática pedagógica, mas também evidenciou a necessidade de constante atualização e reflexão sobre métodos de ensino que dialoguem com a realidade dos alunos.

Ao longo do estágio, pudemos constatar que a educação transcende a mera transmissão de conteúdo. Cada relato, cada história compartilhada em sala de aula, trouxe à tona o poder da palavra e da escuta como instrumentos de transformação social. Acreditamos firmemente que o impacto do ensino não se restringe apenas ao ambiente escolar; ele se estende para as famílias e para a comunidade, ressignificando a vida daqueles que, muitas vezes, encontram na EJA uma oportunidade de renascer e de vislumbrar um futuro melhor.

O papel do educador, portanto, assume uma dimensão ainda mais ampla, ao se tornar agente de mudança e de esperança para alunos que enfrentam desafios diários e lutam contra as desigualdades históricas. Essa responsabilidade, embora desafiadora, enriquece a prática docente e consolida a educação como um verdadeiro direito social.

Ao refletir sobre esse período, percebemos que o estágio não apenas ampliou nossa bagagem teórica e prática, mas também fortaleceu nosso compromisso com uma educação que seja inclusiva, acolhedora e capaz de promover a emancipação dos indivíduos. A vivência na EJA nos ensinou a valorizar cada pequeno avanço, a celebrar as conquistas e a reconhecer que a transformação passa pela dedicação e pela empatia.

Essa jornada foi repleta de aprendizados e desafios que, juntos, contribuíram para a construção de uma identidade profissional mais sólida e para o desenvolvimento de uma postura crítica e comprometida com a realidade social.

Em suma, a experiência no estágio supervisionado em EJA reafirma a importância de investir em práticas pedagógicas inovadoras que integrem teoria e prática de forma harmoniosa e eficaz. A educação, quando orientada pelo olhar atento e sensível do educador, pode ser o instrumento que possibilita a ressignificação de vidas e a transformação de comunidades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada durante o estágio em Educação de Jovens e Adultos (EJA) reforçou a potência transformadora dessa modalidade educacional, que transcende a simples transmissão de conhecimentos para se consolidar como um espaço de reparação histórica e emancipação. A utilização de estratégias pedagógicas centradas nas narrativas dos alunos — como os causos e as produções autobiográficas — evidenciou que a valorização da cultura popular e das trajetórias de vida é fundamental para engajar estudantes cujas histórias foram marcadas por exclusões. Essas práticas não apenas facilitaram o processo de alfabetização, mas também fortaleceram a autoestima dos educandos, permitindo que se reconhecessem como protagonistas de seus próprios aprendizados.

Os desafios enfrentados, como a heterogeneidade da turma, a falta de recursos específicos para a EJA e as dificuldades impostas pela rotina exaustiva dos alunos, destacaram a necessidade de políticas públicas mais robustas e integradas. A articulação entre educação, assistência social e saúde, prevista no Plano Nacional de Educação (2014), mostra-se urgente para garantir a permanência e o sucesso desses estudantes. Além disso, a formação continuada de professores, com enfoque em metodologias flexíveis e sensíveis às realidades da EJA, é essencial para superar abordagens fragmentadas e descontextualizadas.

A teoria de Paulo Freire, que norteou parte das intervenções, confirmou-se como um farol para práticas pedagógicas críticas: a educação só se torna significativa quando dialoga com os anseios e necessidades concretas dos educandos. Relatos como os de Zélia, que almejava abrir seu próprio negócio, ou de Roberto, que buscava autonomia para navegar no transporte público, ilustram como a aprendizagem deve estar vinculada a projetos de vida tangíveis.

Este estágio também deixou claro que a EJA não é um "curso supletivo", mas um direito fundamental. Defender sua ampliação e qualificação é combater a marginalização de milhões de brasileiros que ainda enfrentam barreiras para acessar a educação. Como futuras pedagogas, carregamos a convicção de que a escola deve ser um território de acolhimento, onde as vozes dos alunos ecoam não como fragilidades, mas como pilares para a construção coletiva de saberes.

Por fim, espera-se que este trabalho inspire reflexões e ações que fortaleçam a EJA, garantindo que ela cumpra seu papel social: não apenas ensinar a ler e

escrever, mas devolver a jovens e adultos o direito de reescrever suas histórias com dignidade e esperança.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Arnon Mascarenhas de Andrade. O Estágio Supervisionado e a Práxis Docente. *In*: SILVA, Maria Lucia Santos Ferreira da. (Org.). **Estágio Curricular: Contribuições para o Redimensionamento de sua Prática**. Natal: EdUFRN, 2005.

ARROYO, M. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. *In*: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

ARROYO, Miguel González. "Educação de Jovens-Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública". *In* SOARES, Leôncio et al (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, pp. 19-50.

BRASIL. **CNE/CEB nº 23/2008**. Disponível em:

<<https://prograd.ufu.br/legislacoes/cneceb-no-232008-0>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Educação de jovens e adultos (EJA)**. Disponível em:

<<https://professor.escoladigital.pr.gov.br/eja#:~:text=A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Jovens%20e.de%20sua%20condi%C3%A7%C3%A3o%20enquanto%200%20cidad%C3%A3o>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Encantos de ler: alunos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos de Maceió produzem cordéis com temática social**. Disponível em:

<<https://maceio.al.gov.br/noticias/semec/encantos-de-ler-alunos-da-educacao-de-jovens-adultos-e-idosos-de-maceio-produzem-cordeis-com-tematica-social>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm)>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Disponível em:  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm)>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de dezembro de 1996.** Disponível em:  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em 11 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Parecer CEB 2000.** Disponível em:  
<<https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/parecer-ceb-2000>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese dos indicadores de 2018.** Disponível em:  
<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf)>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/2014.** Disponível em:  
<<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: primeiro segmento do ensino fundamental.** Secretaria de Educação Fundamental. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série.** Secretaria de Educação Fundamental. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja\\_livro\\_01.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_livro_01.pdf)>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 2/2010, de 19 de maio de 2010.** Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5142rceb002-10&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 3/2010, de 5 de julho de 2010.** Disponível em:  
Entendo que você gostaria de remover a marcação da citação selecionada no documento. No entanto, não posso realizar comandos diretamente no documento. Posso ajudar com outras tarefas, como fornecer informações, responder perguntas ou criar conteúdo. Se precisar de ajuda com outra coisa, estou à disposição!  
😊 <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5642rceb003-10&category\\_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5642rceb003-10&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 22, de 4 de julho de 2001.** Disponível em:  
<[https://www.planalto.gov.br/CCIVil\\_03/Resolu%C3%A7%C3%A3o/RES22-01.htm#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2022&text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20No%2022%2C%20DE%204%20DE%20JULHO%20DE%20](https://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/Resolu%C3%A7%C3%A3o/RES22-01.htm#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2022&text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20No%2022%2C%20DE%204%20DE%20JULHO%20DE%20)>

001.&text=Estabelece%20crit%C3%A9rios%20para%20suspens%C3%A3o%20do,q ue%20descumprirem%20as%20metas%20fixadas>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025.

CANAL DO EDUCADOR. **O gênero caso em sala de aula.** Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/o-genero-causo-sala-aula.htm#:~:text=Esse%20pode%20ser%20um%20exerc%C3%ADcio,seus%20marcadores%2C%20na%20linguagem%20escrita>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

CENPEC. **Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA.** Disponível em: <[https://www.cenpec.org.br/pesquisa/saidas-politicas-eja/?campaign=22022601728&content={ads}&keyword=educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20jovens%20e%20adultos&gad\\_source=1&gclid=EAlaIQobChMIuN6Ej42eiwMVdVNIAB1C-B1EEAAYAiAAEgKPavD\\_BwE](https://www.cenpec.org.br/pesquisa/saidas-politicas-eja/?campaign=22022601728&content={ads}&keyword=educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20jovens%20e%20adultos&gad_source=1&gclid=EAlaIQobChMIuN6Ej42eiwMVdVNIAB1C-B1EEAAYAiAAEgKPavD_BwE)>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Paulo Freire.** Disponível em: <[https://educacaointegral.org.br/especialistas/paulo-freire/?gad\\_source=1&gclid=EAlaIQobChMI6OSu74itiwMVHCdECB0Omh5BEAAYA SAAEgLBX\\_D\\_BwE](https://educacaointegral.org.br/especialistas/paulo-freire/?gad_source=1&gclid=EAlaIQobChMI6OSu74itiwMVHCdECB0Omh5BEAAYA SAAEgLBX_D_BwE)>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

CRUZ, P.; MONTEIRO L. (org.). **Anuário da Educação Básica Brasileira.** São Paulo: Editora Moderna, 2019.

DI PIERRO, Maria Clara. **Balanço e perspectivas da pesquisa sobre formação de educadores(as) de jovens e adultos.** Trabalho apresentado no III Seminário nacional de formação de educadores de jovens e adultos, 2011, Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 27, n. 2, p. 321-337, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação.** Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. São Paulo, Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Disponível em: <[SciELO Brasil - Movimentos sociais na contemporaneidade Movimentos sociais na contemporaneidade](#)>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

GOMES, André Taschetto; GARCIA, Isabel Krey. **Aprendizagem significativa na EJA: uma análise da evolução conceitual a partir de uma intervenção didática com a temática energia.** Disponível em: <[APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EJA: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO CONCEITUAL A PARTIR DE UMA INTERVENÇÃO DIDÁTICA COM A TEMÁTICA ENERGIA | Investigações em Ensino de Ciências](#)>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos.** Disponível em:

<[scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt)>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2025.

INSTITUTO UNIBANCO. **Educação de Jovens e Adultos: a luta pelo direito à aprendizagem.** Disponível em:

<[https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-de-jovens-e-adultos-a-luta-pelo-direito-a-aprendizagem?utm\\_source=google&utm\\_medium=cpc&utm\\_campaign=gh\\_conj\\_eja\\_direito\\_aprendizagem&gad\\_source=1&gclid=EAlalQobChMlrMn4ooatiwMVJEXlAB37jStrEAAYASAAEgJMP\\_D\\_BwE](https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-de-jovens-e-adultos-a-luta-pelo-direito-a-aprendizagem?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=gh_conj_eja_direito_aprendizagem&gad_source=1&gclid=EAlalQobChMlrMn4ooatiwMVJEXlAB37jStrEAAYASAAEgJMP_D_BwE)>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

INSTITUTO UNIBANCO. **Educação de Jovens e Adultos: a luta pelo direito à aprendizagem.** Disponível em: <

[https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-de-jovens-e-adultos-a-luta-pelo-direito-a-aprendizagem?utm\\_source=google&utm\\_medium=cpc&utm\\_campaign=gh\\_conj\\_eja\\_direito\\_aprendizagem&gad\\_source=1&gclid=EAlalQobChMlrMn4ooatiwMVJEXlAB37jStrEAAYASAAEgJMP\\_D\\_BwE](https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-de-jovens-e-adultos-a-luta-pelo-direito-a-aprendizagem?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=gh_conj_eja_direito_aprendizagem&gad_source=1&gclid=EAlalQobChMlrMn4ooatiwMVJEXlAB37jStrEAAYASAAEgJMP_D_BwE)>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

MACIEL, Rogerio Andrade; CORRÊA, Antonio Matheus do Rosário; OLIVEIRA, Luane de Cássia Carvalho de. **Reflexões sobre o estágio supervisionado na educação de jovens e adultos em Bragança (PA).** Disponível em:

<[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-94602019000300425](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602019000300425)>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização).** Disponível em: <<https://educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/#:~:text=O%20Mobral%20propunha%20a%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o,e%20substitu%C3%ADdo%20pelo%20Projeto%20Educar>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

PAIVA, Vanilda. P. **Educação popular e educação de adultos.** 2. ed., São Paulo: Loyola, 1983.

PIRES, Marli. **Estratégias didáticas para o alcance da autonomia na aprendizagem pelo estudante da eja a distância no contexto do sesi em criciúma/sc.** Disponível em: <[ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA O ALCANCE.pdf](#)>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2025.

SANTOS, Maria Inêz Frozza Borges dos. **As causas das dificuldades de aprendizagem na EJA e as contribuições da psicopedagogia.** Disponível em: <[As causas das dificuldades de aprendizagem na EJA e as contribuições da psicopedagogia](#)>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2025.

SCHINDHELM, Virginia Georg. BAMPI, Maria Luisa Furlin. **Formação de profissionais de educação infantil: experiências de estágio supervisionado.** Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/6198/619864543019/html/>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve história sobre a educação de jovens e**

**adultos no Brasil.** Disponível em: <[Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil | Revista HISTEDBR On-line](#)>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2025.

UNIFASE. **A importância do estágio para o desenvolvimento acadêmico e profissional do aluno.** Disponível em: <<https://www.unifase-rj.edu.br/a-importancia-do-estagio-para-o-desenvolvimento-academico-e-profissional-do-aluno>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

ZANETTI, Maria Aparecida. As políticas educacionais recentes para a Educação de Jovens e Adultos. **Caderno Pedagógico**, n. 2, 1999.

ZANON, Thiarla Xavier Dal-Cin. ZANON, Jéssica Mistura. MILAGRE, Pedro Henrique. Estágio supervisionado na EJA: uma abordagem sobre perfis e metodologias de professores de matemática. Disponível em: <[https://www.sbemrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/6560\\_2672\\_ID.pdf](https://www.sbemrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/6560_2672_ID.pdf)>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.